

# Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária



INDICAÇÃO Nº 257, 2025  
Ref. 29/2025

Data:	_____	Hora:	_____
Ofício nº:	<u>381</u>		
Aprovado na	<u>16ª</u>	Seção	
Ordinária	realizada em	<u>23/06/25</u>	
adendo	<u>[Signature]</u>		
<u>Taciano Guilan Carqueia Leite</u>			
Vice Presidente			
Presidente			

S/

No exercício da Presidência

**Assunto:** Solicitação de Isenção ou Suspensão da Cobrança de IPTU para Imóveis Localizados em Vias sem Infraestrutura Básica.

Bertioga, 03 de junho de 2025.

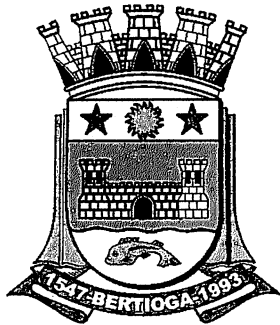
Excelentíssimo Sr. Presidente, Nobres Vereadores:

**Gilmar Barbosa dos Santos, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:**

**Nos termos de interesse público, fui procurado por diversos munícipes solicitando a análise e eventual adoção de medidas administrativas ou legislativas visando à isenção, suspensão ou revisão da cobrança do IPTU incidente sobre os imóveis situados em vias públicas desprovidas de infraestrutura básica, notadamente aquelas sem pavimentação, iluminação pública, coleta de esgoto e drenagem urbana.**

Email: [vereadorguaruja@gmail.com](mailto:vereadorguaruja@gmail.com) contato:(13) 9 9640-9129

Rua Reverendo Augusto Paes D'Ávila, 374, Rio da Praia cep 11.256-025



*Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*



Esta solicitação se fundamenta no **princípio da capacidade contributiva** e no entendimento de que a **cobrança de tributo territorial urbano deve estar atrelada à contraprestação mínima de serviços públicos essenciais**. A ausência de tais serviços compromete a valorização do imóvel, reduz seu uso pleno e, por consequência, torna desproporcional a cobrança do imposto.

Além disso, diversos julgados em esferas judiciais já reconhecem a possibilidade de revisão ou isenção de IPTU quando ausentes os requisitos mínimos de urbanização estabelecidos pelo artigo 32 do Código Tributário Nacional.

**Diante do exposto, INDICO** que a secretaria competente, por meio do setor responsável, possa conceder **isenção total ou parcial** do IPTU para os imóveis localizados em ruas que não atendam aos requisitos mínimos de urbanização; Ou, realize a suspensão temporariamente da cobrança até que tais melhorias sejam implementadas.

Observados os preceitos regimentais, esta é a **INDICAÇÃO** que vai devidamente subscrita, requerendo ao setor de expediente dessa casa que encaminhe o ofício com cópia integral desta para o Sr. Prefeito Marcelo Vilares, Excelentíssima Secretária da Fazenda e Excelentíssimo Secretário de Governo e Gestão Institucional.

**GILMAR BARBOSA DOS SANTOS**

**VEREADOR 2º SECRETÁRIO**

Email: [vereadorguaruja@gmail.com](mailto:vereadorguaruja@gmail.com) contato:(13) 9 9640-9129

Rua Reverendo Augusto Paes D'Ávila, 374, Rio da Praia cep 11.256-025

# Art. 32 da Lei nº 5.172 | Código Tributário Nacional, de 25 de outubro de 1966



✓ Texto compilado

Extraído em 11/05/2025 de [Planalto](#)

Mostrar mais detalhes →

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**Art. 32.** O impôsto, de competência dos Municípios, sôbre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

**§ 1º** Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

**I** - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

**II** - abastecimento de água;

**III** - sistema de esgotos sanitários;

**IV** - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

**V** - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**§ 2º** A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.